

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a Prestação de Contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º e no n.º 2 do artigo 27º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015 de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2ª Secção, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2ª secção, e da Resolução n.º 2/14, de 27 de novembro, nos termos do artigo 51º, alínea m) e 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

A análise constante deste relatório resulta da leitura dos elementos quantitativos que integram os diversos documentos que compõem a inerente Prestação de Contas, sendo evidenciados os vetores mais significativos e enquadradas as condicionantes estruturais ou conjunturais que os influenciam.

Da Prestação de Contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/3013, de 3 de setembro.

1 - Enquadramento do Município de Alcácer em 2014. As perspetivas nacionais e a realidade municipal.

No vasto acervo de documentos que acompanharam o Orçamento do Estado para 2014, consta um documento elaborado pelo Ministério da Economia onde se projetava, para 2014, um crescimento do PIB de 0,8%, essencialmente sustentado nas Exportações (+5,0%) e no Investimento (+1,2%), a par duma queda do Consumo Público (-2,8%). Estas foram estimativas divulgadas no último trimestre de 2013. Pese embora ainda faltar conhecer com detalhe a maior parte dos indicadores relativos à execução de 2014, já se sabe que o PIB terá crescido 0,9%, que as exportações ficaram aquém das estimativas e que, ao contrário do então projetado, o incremento do PIB se alicerçou essencialmente no consumo privado, indicador que se estimava então não sofrer alteração significativa.

No seu boletim de dezembro de 2014, o Banco de Portugal, ainda trabalhando com estimativas, mas já conhecedor de boa parte da execução do ano, apresentava valores que seguramente estarão bem mais próximos da realidade, como a seguir se discriminam:

Projeções do Banco de Portugal. Taxas de variação anual (em p.p.)

Indicadores	Projeção para dezembro 2014
Produto Interno Bruto	0,9
Consumo Privado	2,2
Consumo Público	-0,5
F. Bruta de Cap. Fixo (Invest.)	2,2
Exportações	2,6

Fonte: Boletim de Dezembro do Banco de Portugal

Contributos para o crescimento do PIB (em p.p.)

Indicadores	Projeção para dezembro 2014
Procura Interna	2,3
Exportações	1,0
Importações	-2,5

Fonte: Boletim de Dezembro do Banco de Portugal

Na ótica destas instituições de âmbito nacional (Governo e Banco de Portugal), 2014 deveria ter sido o ano do fim da queda da atividade económica e o ano do início de alguma recuperação. E os indicadores conhecidos à data da elaboração deste Relatório, com um ou outro desfasamento, apontam, do ponto de vista nacional, para a verificação estatística daquela perspetiva. Aliás, no mesmo sentido vai o acréscimo do Indicador de Confiança dos Consumidores que, até setembro de 2014, apresentou valores superiores à média dos últimos dez anos, conforme consta do já citado Boletim do Banco de Portugal, comentando dados com origem na Comissão Europeia.

É sabido que apesar de Portugal ser um país de reduzida dimensão territorial, sofre há longos anos duma desigualdade entre as regiões que o compõem. Daqui resulta que, ainda que tomando como adequados os valores dos indicadores inseridos anteriormente, importará aferir se aqueles valores se aplicam sem variação significativa a este Município ou se, pelo contrário, nos encontramos num dos extremos da referida desigualdade nacional.

Aqui chegados deparamo-nos com uma realidade que não ajuda à análise: se já é difícil obter elementos estatísticos de âmbito nacional, aferidos a um período de tempo ainda tão próximo; se, para além disso, necessitarmos de elementos territorialmente desagregados, então estaremos perante um muro feito de desconhecimento e fiabilidade.

Por forma a não nos determos tão só nos dados do próprio Município, enquanto instituição pública, socorreremo-nos de elementos que nos foram amavelmente disponibilizados pelo atual responsável do centro de emprego local. Tais elementos referem-se ao desemprego registado no território municipal e, globalmente dizem-nos que dum registo de desempregados de 1454 indivíduos em dezembro de 2013, chegamos, em dezembro de 2014, a apenas 524 indivíduos, uma queda de quase 64%. Aparentemente não só em Alcácer do Sal e relativamente a este indicador se comprovaram as projeções nacionais antes referidas, como, porventura, as mesmas teriam sido largamente ultrapassadas!

Será assim? Vejamos.

Ainda com base em elementos fornecidos pelo centro de emprego local, três medidas de redução estatística do desemprego tiveram resultados muito significativos, a saber:

- Estágios Emprego com um acréscimo de realização de 129,3%;
- Estimulo Emprego com um acréscimo de realização de 214,1%;
- Formação Profissional com acréscimo de realização de 83%.

Ou seja, da conjugação dos diversos elementos referidos, parece-nos liquido extrair algumas conclusões:

- Por um lado, terá existido um trabalho daquele centro de emprego que lhe terá proporcionado um resultado bem superior ao que dele seria esperado;
- Em segundo lugar terão deixado de estar registados quase mil indivíduos desempregados, mas tal situação estará longe de corresponder à criação de outros tantos empregos, já que grande parte resultou de medidas porventura importantes, mas sempre episódicas, porventura significativas na ótica dos empregadores, mas meramente paliativas na ótica dos indivíduos sem trabalho ...
- Finalmente não será eventualmente despiendo considerar que a realidade estatística estará em dezembro de 2014 bem mais longe da realidade do quotidiano dos munícipes que em dezembro de 2013, dado que as

suas rotinas do dia-a-dia pouco se terão alterado, não refletindo assim a recuperação espetacular que a estatística sugere.

Os elementos oriundos do próprio Município vão-nos dar uma visão assaz diferente, como adiante se explicitará. Apesar de Alcácer do Sal se encontrar territorialmente numa faixa muito próxima do litoral do país, a verdade é que agrega em si um conjunto de características próprias das chamadas zonas de interior. Por todos, veja-se a situação quanto à densidade populacional a que nos referimos no Relatório relativo ao exercício de 2013 e que aqui resumidamente se recorda com os dados reportados a 31 de Dezembro de 2012:

	Densidade populacional
Alcácer do Sal	8,5
Alentejo Litoral	18,3
Alentejo	23,7
Portugal	113,7

Fonte: Anuário estatístico da Região Alentejo – 2012

Passemos então à análise que o percurso municipal ao longo de 2014 nos suscita, onde iremos verificar que, apesar dos indicadores que nos indiciam que a crise económica, segundo uns, acabou ou, segundo outros, a recuperação começou, a Alcácer do Sal, quiçá pela (falta) de qualidade ou inexistência de adequadas acessibilidades, ainda não podemos contar com a força dum crescimento que, eventualmente, já se sinta para o lado do Terreiro do Paço ou de S. Bento.

2 - Análise na ótica Orçamental - 2014.

É habitual iniciar-se esta parte do Relatório de Gestão de qualquer exercício por um conjunto de elementos quantificados referentes às receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Relativamente ao exercício de 2014 os elementos e comentários que a seguir se farão quanto às receitas líquidas obtidas, não só aqui aparecem em primeiro lugar, como são **o indicador central e determinante** de todo o exercício.

Efetivamente será preciso recuar oito anos para nos aparecer um volume de **Receitas Municipais** inferior ao registado em 2014. O valor arrecadado em 2014, ao evidenciar uma tão forte queda, determinou de forma muito significativa a execução, tal como determinou o muito que não foi possível executar. No quadro seguinte comparem-se os registos dos valores relativos à Receita Municipal:

QUADRO I EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

(em euros)

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Rúbricas					
Impostos Diretos	2.029.553,26	2.548.888,60	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55
Impostos Indiretos	2.633.910,92	91.677,39	1.373.293,59	1.537.346,38	40.305,48
Taxas, Multas e Outras	289.074,48	458.195,98	276.256,93	275.152,03	272.328,87
Rendimentos Propriedade	532.096,87	905.876,07	766.697,56	822.179,44	871.626,39
Transferências Correntes	6.821.726,42	6.770.595,12	6.462.442,97	7.777.045,06	8.407.377,90
* Fundo Eq. Fin. Corrente	5.807.989,00	5.983.507,00	5.663.843,00	6.970.883,00	7.626.925,00
* Estado - Proj. Cofinanciados	43.472,89	33.856,46	20.098,70	0,00	0,00
* Outras	970.264,53	753.231,66	778.501,27	806.162,06	780.452,90
Venda de Bens	671.279,12	665.327,95	617.701,97	567.707,81	530.098,75
Venda de Serviços	277.527,33	298.849,36	269.614,40	272.491,13	309.206,56
Rendas	30.803,67	27.798,06	45.676,99	47.639,51	41.053,31
Outras Receitas Correntes	7.785,97	21.894,98	137.846,45	70.823,14	93.475,55
T. RECEITAS CORRENTES	13.293.758,04	11.789.103,51	11.870.915,36	15.178.835,57	13.464.643,36
Venda de Bens Investimento	124.890,41	122.075,17	263.713,06	60.675,61	18.981,37
Transferências de Capital	4.760.616,36	4.978.755,60	4.283.948,71	2.375.762,86	1.109.987,69
* Fundo Eq. Fin. Capital	3.871.179,00	3.221.889,00	3.049.762,00	1.742.721,00	847.436,00
* Estado - Proj. Cofinanciados	889.437,36	1.593.169,02	1.234.186,71	633.041,86	262.551,69
* Outras	0,00	163.697,58	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	13.601,94	287,48	18.388,21
T. RECEITAS CAPITAL	4.885.506,77	5.100.830,77	4.561.263,71	2.436.725,95	1.147.357,27
Rep. não abat. nos pagam.	697,77	556,00	91,02	21.056,92	384,85
Saldo Orçamental	674.876,11	1.343.420,74	729.144,46	837.698,15	1.566.267,61
T. OUTRAS RECEITAS	675.573,88	1.343.976,74	729.235,48	858.755,07	1.566.652,46
TOTAL DAS RECEITAS	18.854.838,69	18.233.911,02	17.161.414,55	18.474.316,59	16.178.653,09

Como se verifica, o conjunto das **Receitas** sofreu uma redução de 12,42%, relativamente a 2013. Tal redução advém principalmente das diversas rúbricas das **Receitas de Capital**, o que de alguma forma já era esperado, mas, surpreendentemente, igualmente de duas rúbricas das **Receitas Correntes**: os *Impostos Diretos* que caem quase 24%; e os *Impostos Indiretos* onde o decréscimo é de 97,38%, neste caso apenas restando uma pequena receita marginal.

Adiante detalhar-se-á a quebra dos *Impostos Diretos*. O caso dos *Impostos Indiretos* revela uma vez mais que as conclusões da economia nacional não são igualmente transponíveis para cada região. A fraqueza acentuada da área da construção, pública e privada, no nosso município reduziu à irrelevância as receitas municipais consideradas neste agregado, sendo igualmente de realçar a repercussão que o conhecido caso GES/Rio Forte terá tido no desempenho deste indicador. Por outro lado, não se deixa de assinalar que começa a revelar-se urgente ultrapassar dificuldades, velhas de décadas, no âmbito da organização municipal que proporcionem maior diligência na arrecadação das receitas a que o Município tem direito nas áreas da Publicidade, da Ocupação da Via Pública, das Águas, do Saneamento ou das Rendas de imóveis.

No caso das **Receitas de Capital**, como se disse, já seria expectável alguma redução, uma vez que se atravessa um momento de finalização e alteração do quadro comunitário de apoio. Em todo o caso, no início do exercício esperar-se-ia receber algumas verbas relativas à obra de construção da escola do Morgadinho e fechar, a este nível, o projeto Ruas e mais cinco projetos fisicamente já finalizados. Quanto ao primeiro, houve necessidade de fazer a reprogramação daquele investimento, o que irá fazer transitar para 2015 a recepção das verbas do respectivo cofinanciamento; relativamente ao segundo, as divergências, que subsistem, relativamente ao fecho financeiro da obra entre o Município e a empresa construtora estão a fazer deslizar significativamente os respectivos apoios. Relativamente aos quatro últimos não houve capacidade para elaborar, finalizar e remeter os respectivos relatórios finais, ação a ultimar nos primeiros meses de 2015.

Antes de se detalhar a área dos *Impostos Diretos*, vejam-se os gráficos seguintes que explicitam o peso estrutural das **Receitas Correntes** e das **Receitas de Capital**:

GRÁFICO I
ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

2014

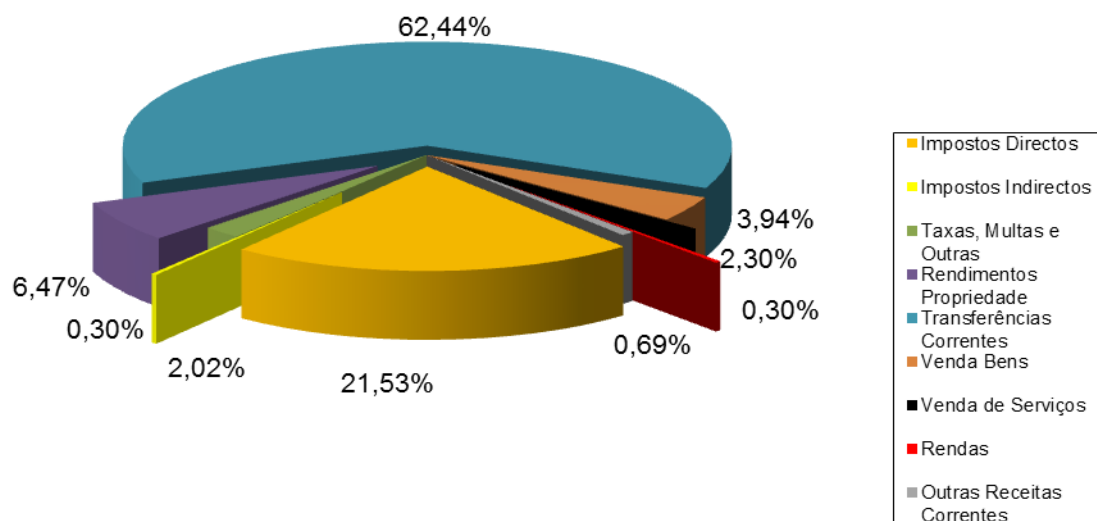
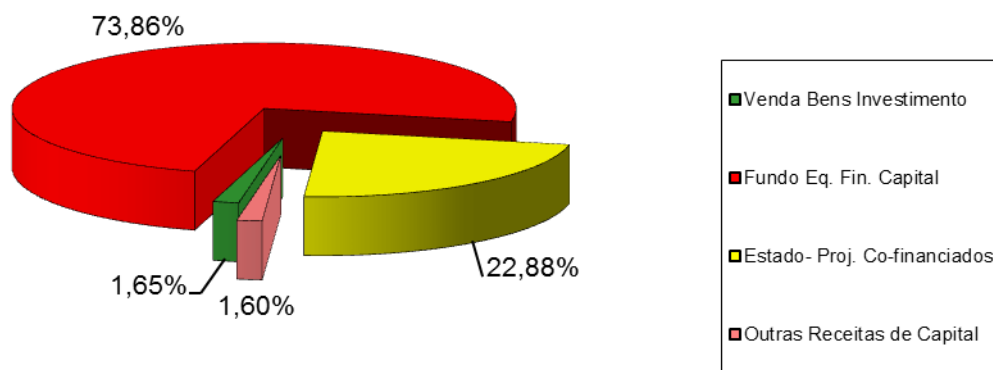


GRÁFICO II
ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL

2014



Analisando agora o comportamento dos *Impostos Directos* recebidos durante 2014, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

QUADRO II
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS

(em euros)

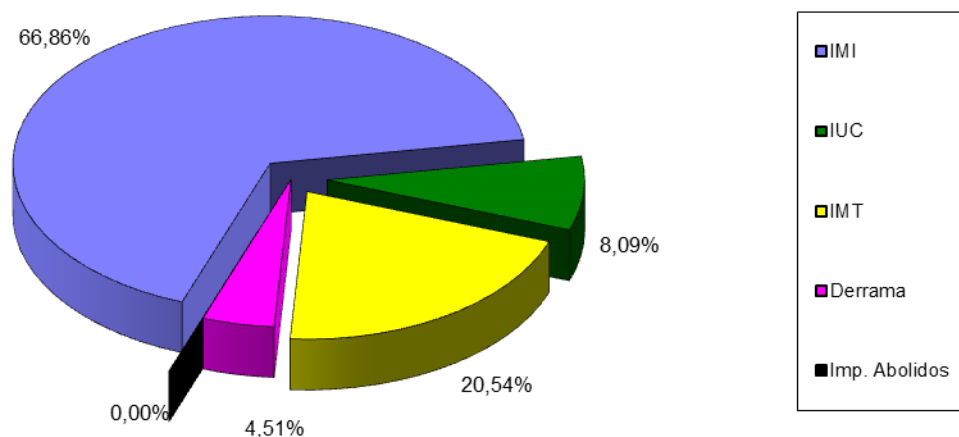
Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Rúbricas					
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	995.655,78	1.151.792,91	1.094.027,51	1.536.085,69	1.938.334,27
IUC - Imposto Único de Circulação	172.652,33	182.008,75	205.363,23	254.892,51	234.662,78
IMT - Imposto Municipal Trans.Onerosas	534.253,57	701.320,30	434.760,80	1.674.911,16	595.359,89
Derrama	168.724,65	148.806,71	187.232,96	342.561,71	130.766,35
Impostos Abolidos	158.266,93	364.959,93	0,00	0,00	47,26
TOTAL DOS IMPOSTOS DIRETOS	2.029.553,26	2.548.888,60	1.921.384,50	3.808.451,07	2.899.170,55

A redução verificada nas **Receitas Municipais** tem, nesta componente dos *Impostos Municipais*, um apreciável indutor.

Globalmente este agregado desce quase 24%, para tal contribuindo todos os impostos considerados, à exceção do IMI, que regista uma subida superior a 26%. A maior queda, quer em termos relativos quer absolutos, regista-se no *IMT* (-64,45%), seguido da *Derrama* (-61,83%) e, por fim, do *IUC* (-7,94%). Se aos dois primeiros – *IMT* e *Derrama* – é usual considerá-los como indicadores da atividade económica, então teremos uma vez mais de concluir que o crescimento do PIB nacional definitivamente não passou por Alcácer do Sal. Igualmente a subida do indicador de confiança dos consumidores parece não ter tido em conta a realidade local, já que, de forma algo inesperada, o próprio *IUC* gerou menores receitas municipais.

Decorrente essencialmente da quase extinção da cláusula de salvaguarda constante do código em vigor do IMI, este imposto registou um apreciável – mas, na ótica das receitas municipais, insuficiente - incremento (26,19%), alcandorando-se definitivamente como o elemento de peso determinante neste conjunto, como se poderá verificar no gráfico seguinte:

GRÁFICO III
ESTRUTURA DOS IMPOSTOS
2014



Realizada a leitura relativa à **Receita**, passemos agora a analisar a componente da **Despesa Municipal**, começando por obter uma visão global dos seguintes dados:

QUADRO III EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

(em euros)

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Rúbricas					
Despesas com Pessoal	6.733.512,64	6.287.339,85	5.632.067,89	6.072.906,68	6.750.716,58
Aquisição de Bens	929.570,65	997.356,76	1.452.527,62	1.559.331,12	1.570.187,14
Aquisição de Serviços	3.160.361,05	3.197.137,54	3.221.406,08	3.145.316,95	3.735.870,61
Juros e Outros Encargos	16.904,80	103.428,64	47.887,93	19.770,56	24.941,40
Transferências Correntes	929.718,12	806.240,59	1.246.629,09	1.487.193,38	1.239.950,21
* Administração Local	270.874,19	227.292,38	248.843,43	277.333,21	244.761,66
* Inst. Sem Fins Lucrat.	522.019,69	443.660,05	435.935,98	445.717,74	415.060,72
* Outras Transferências	136.824,24	135.288,16	561.849,68	764.142,43	580.127,83
Subsídios	1.331.274,96	1.367.810,81	1.391.792,65	1.294.380,00	0,00
Outras Despesas Correntes	71.651,80	138.897,42	182.643,40	148.009,90	82.643,94
T. DESPESAS CORRENTES	13.172.994,02	12.898.211,61	13.174.954,66	13.726.908,59	13.404.309,88
Investimento	2.299.427,87	3.112.378,20	733.179,01	828.567,03	655.516,04
* Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
* Habitações	3.328,02	5.072,67	110,69	1.624,65	619,56
* Edifícios	1.455.374,64	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05	158.636,04
* Construções Diversas	469.641,60	208.351,62	36.562,59	49.588,44	0,00
* Outros Investimentos	371.083,61	462.338,66	178.419,86	143.849,89	496.260,44
Bens do Domínio Público	1.411.388,84	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37
Transferências de Capital	487.344,80	326.865,97	247.264,68	424.661,60	211.848,06
Passivos Financeiros	191.197,16	190.568,75	190.815,43	145.501,06	110.093,14
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	47.948,00	0,00	103.897,07
TOTAL DESPESAS CAPITAL	4.389.358,67	4.679.343,79	3.316.917,03	3.300.773,36	1.949.343,68
TOTAL DAS DESPESAS	17.562.352,69	17.577.555,40	16.491.871,69	17.027.681,95	15.353.653,56

Desde logo notar que a **Despesa**, globalmente, sofreu um significativo decréscimo de 9,83%, quebra porventura insuficiente face ao que se referiu quanto às **Receitas Municipais**. Mas sabe-se como é difícil reduzir despesa sem atentar contra os direitos dos cidadãos, as suas expectativas e anseios, ou descurando as intervenções de manutenção dos equipamentos e de outras estruturas públicas.

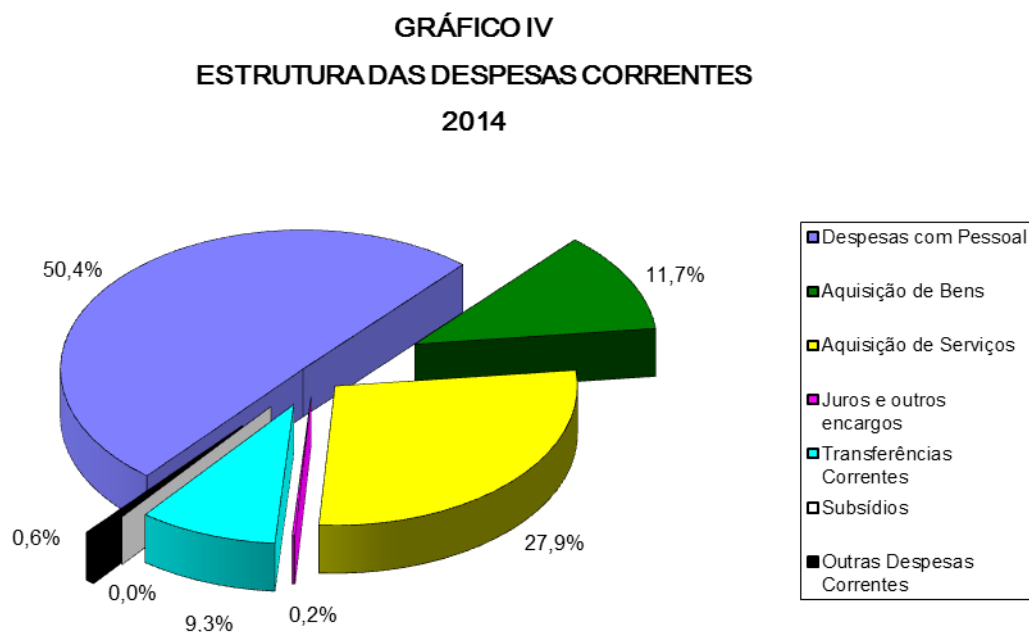
A variação negativa da **Despesa Global** resultou da conjugação dum pequeno decréscimo das **Despesas Correntes** (-2,35%) e duma forte redução das **Despesas de Capital** (-40,94%).

De referir que no exercício de 2014 o Município não cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, tal como ela vem definida no n.º 2 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. No entanto o valor da diferença apenas representa 0,013%, equivalente a 1.797,41€ , da receita corrente cobrada líquida, pelo que a situação cai na previsão do n.º 3 do mesmo número, artigo e lei.

Do lado das **Despesas Correntes** três rúbricas merecem-nos os seguintes comentários:

- As *Despesas com Pessoal* registaram um incremento de 11,16%, essencialmente em resultado da internalização da grande maioria dos funcionários afetos à empresa municipal cuja liquidação ainda decorre;
- Ao contrário do ano anterior os *Juros e Outros Encargos* registaram um expressivo acréscimo de 26,15% em resultado da parcela relativa aos juros a pagar à AGDA, por força do plano de pagamentos efetuado com aquela entidade, por forma a liquidar totalmente a dívida herdada do anterior mandato à identificada entidade. Este plano iniciado na primeira parte de 2014, afectará também de forma muito significativa o exercício de 2015.
- Nos *Subsídios*, assistimos à queda total deste tipo de despesa que, em anos anteriores atingiu um peso relativo muito significativo, já que por esta rúbrica se procedia à transferência de meios financeiros para a empresa municipal em liquidação.

O peso relativo de cada uma das componentes seleccionadas apresenta-se de forma clara no gráfico seguinte:

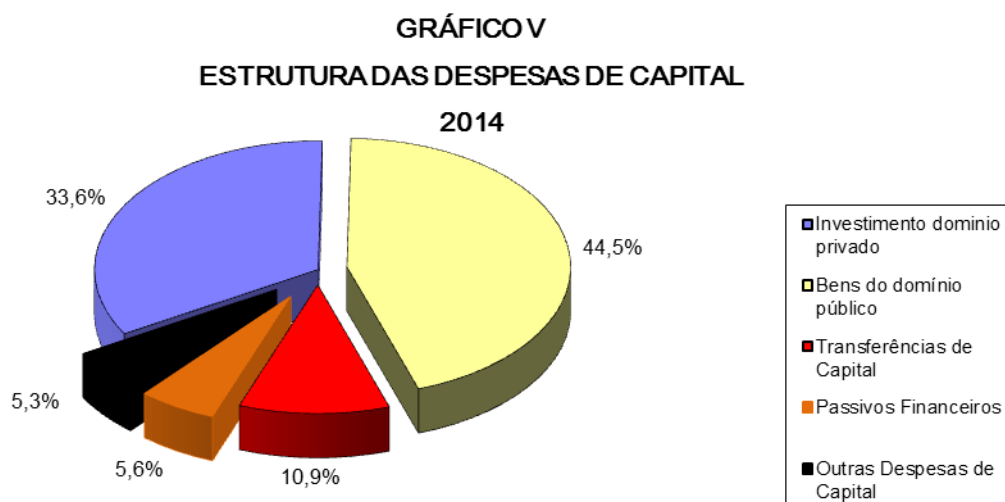


Centrando agora a atenção nas **Despesas de Capital** realce-se desde logo que se está a falar de cerca de 12,5% das **Despesas Municipais**. Tal como consta do Relatório do ano transato reafirma-se que esta área das despesas tem perdido muito do seu peso relativo ao longo dos últimos anos, muito por força das restrições de índole financeira nacionais, mas igualmente pela necessidade dos poderes locais se verem compelidos a minorar situações de carência sentidas pelos seus munícipes, o que seguramente implica uma maior pressão do lado das **Despesas Correntes**. No exercício em apreço, acresce a pressão exercida pela quebra das **Receitas Municipais**, que obrigaram o Município a um importante esforço de contenção, por forma a salvaguardar o essencial das atribuições municipais.

Ainda três breves notas quanto a rúbricas das Despesas de Capital:

- A única rúbrica com acréscimo relativamente a 2013 é a designada por *Outros Investimentos*, que mais que triplicou o valor anterior. No essencial tal ficou a dever-se, por um lado, à aquisição de um autocarro configurado para efetuar o serviço de transporte escolar e, por outro, ao investimento realizado na remodelação do parque informático, já muito obsoleto.
- Todas as restantes rúbricas apresentam, com maior ou menor intensidade, valores inferiores aos dos anos anteriores.
- Ainda assim vale a pena referir que os investimentos em *Bens do Domínio Público* absorveram a maior parcela deste tipo de despesas, superior ao valor conseguido pelo somatório das diversas componentes do investimento efetuado em *Bens do Domínio Privado*.

Isto mesmo poderá ser conferido no gráfico infra:



O ano de 2014 foi o terceiro ano consecutivo com quebras no **Investimento** municipal, e agora em valores bem mais expressivos que no passado recente. Ao longo do presente Relatório já se aduziram diversas justificações para os baixos valores obtidos. Trata-se duma situação que, logo que seja possível importará reverter, por forma a potenciar algum crescimento da economia local. Por agora, registre-se que o fator determinante, apesar da melhoria dos indicadores nacionais, foi seguramente a queda das receitas municipais e, porventura, se a descida do **Investimento** não tivesse sido daquela grandeza, o Município poderia estar confrontado com uma difícil situação financeira. Aliás esta quebra concorreu de forma significativa para o Município ter chegado ao final do exercício de 2014, pela primeira vez desde que entrou em vigor a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), **não registando**, para os efeitos previstos no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), pagamentos a mais de 90 dias para além da data de vencimento. Mas mais uma vez, o esforço financeiro muito significativo que se logrou obter na área dos pagamentos em atraso, foi efetuado sacrificando alguns objetivos, designadamente na área do Investimento, e não, como seria desejável, em resultado da melhoria adveniente duma ilusória recuperação económica que, mais uma vez aqui se confirma, ainda não chegou a Alcácer do Sal.

Mas voltemos ao **Investimento**, apresentando o quadro seguinte, cujos dados são suficientemente expressivos:

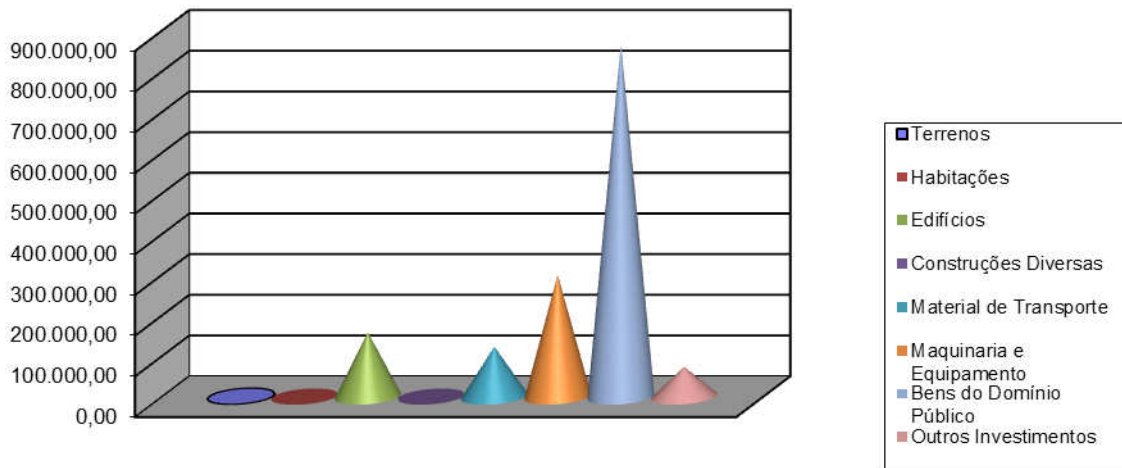
**QUADRO IV
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO**

(em euros)

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Rúbricas					
Terrenos	3.910,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitações	3.328,02	5.072,67	110,69	1.624,65	619,56
Edifícios	1.455.374,64	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05	158.636,04
Construções Diversas	469.641,60	208.351,62	36.562,59	49.588,44	0,00
Material de Transporte	43.128,90	80.850,38	59.408,50	22.321,02	123.098,05
Maquinaria e Equipamento	248.776,64	305.964,43	75.241,39	56.595,01	299.781,69
Bens do Domínio Público	1.411.388,84	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67	867.989,37
Outros Investimentos	79.178,07	75.523,85	43.769,97	64.933,86	73.380,70
INVESTIMENTOS TOTAIS	3.714.727,29	4.161.909,07	2.830.888,92	2.730.610,70	1.523.505,41

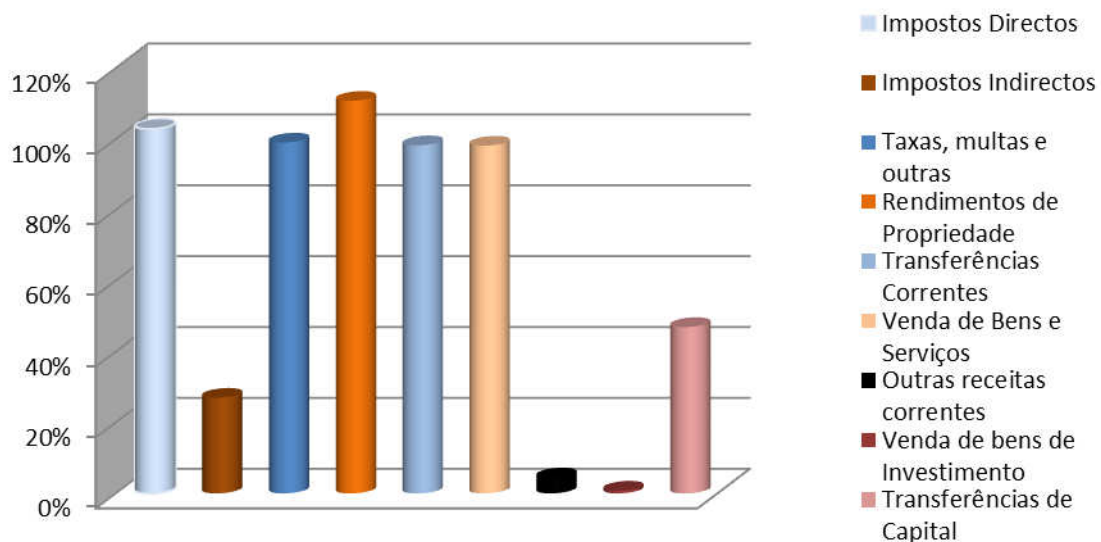
Apesar da exiguidade do Investimento que foi possível efetuar, o peso relativo das suas diversas componentes alterou-se de forma apreciável. É o que se poderá verificar no gráfico seguinte:

GRÁFICO VI
INVESTIMENTO



Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo Município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de conferir as previsões e os respectivos resultados. Nesse sentido, considerem-se os dados referidos nos gráficos VII e VIII, onde se dá conta dos diversos graus de execução obtidos nas diferentes desagregações consideradas:

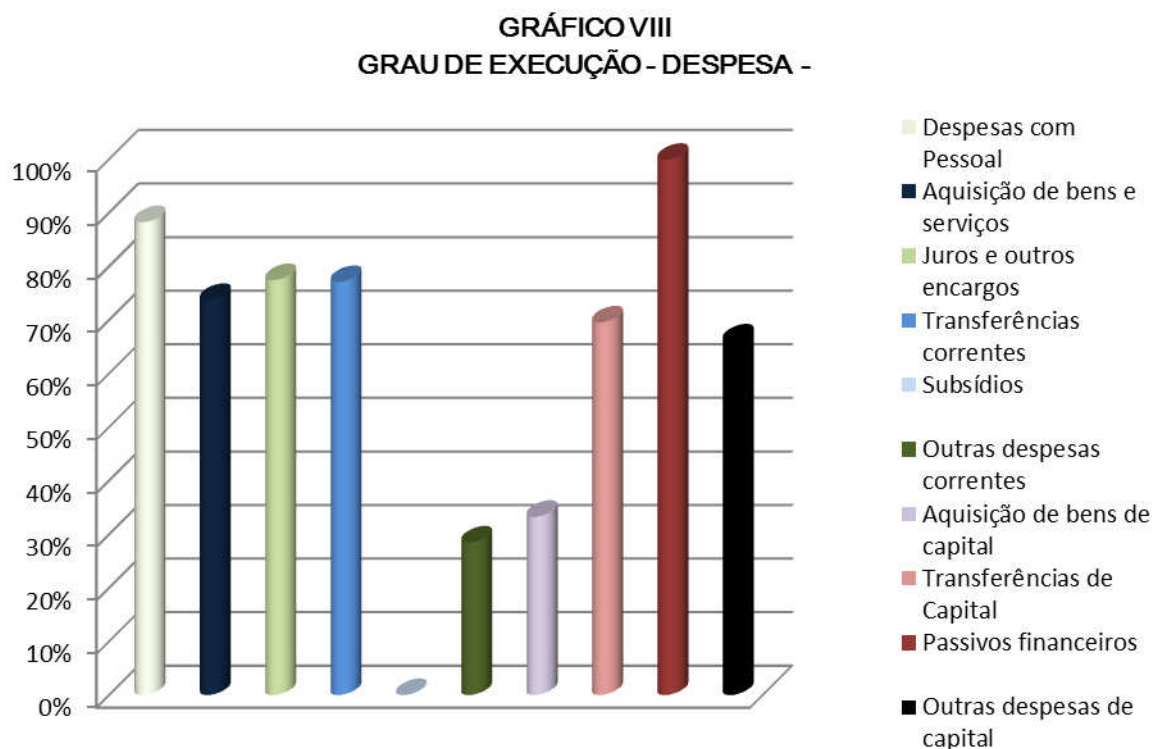
GRÁFICO VII
GRAU DE EXECUÇÃO - RECEITA-



Globalmente o grau de execução da **Receita** foi de **73,79%** dos valores das previsões corrigidas. Duas componentes conseguiram ultrapassar o total da previsão corrigida – **Impostos Directos** e **Rendimentos de Propriedade**. Negativamente comportaram-se os **Impostos Indirectos**, a **Venda de Bens de**

Investimento e as Transferências de Capital. No gráfico supra os tons vermelho e rosa correspondem à área de capital e os restantes à área corrente.

Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da **Despesa**:



Nesta área das **Despesas** o grau de execução ficou-se por cerca de 70,03%, não tendo chegado sequer aos 50% no caso particular das **Despesas de Capital** (tons vermelhos e preto no gráfico). Naturalmente e como é sabido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, sendo de destacar que as rubricas mais sacrificadas pela redução das **Receitas** foram, para além das classes residuais, os *Subsídios* (pelos motivos já anteriormente explicitados) e as *Transferências de Capital*.

Finalmente, por recurso aos elementos inseridos na página seguinte, lance-se um breve olhar sobre a distribuição, por funções, dos recursos financeiros da Autarquia em 2014:

QUADRO V
SINTESE POR FUNÇÕES

Valores executados

(em euros)

Anos	2013	2014	Variação %	Peso relativo em 2014 %
Funções				
Funções Gerais	1.829.139,80	766.994,58	-58,07	10,55
Educação	1.047.388,22	450.021,65	-57,03	6,19
Saúde	10.800,00	19.800,00	83,33	0,27
Segurança e Ação Social	1.246.417,14	1.194.238,46	-4,19	16,43
Habituação e Serviços Coletivos	1.691.010,90	1.489.706,05	-11,90	20,50
Serviços Culturais, Recr. e Religios.	340.748,96	435.431,12	27,79	5,99
Total das Funções Sociais	4.336.365,22	3.589.197,28	-17,23	49,39
Agricultura, Pec. Silv. Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	689.554,94	857.090,90	24,30	11,79
Transportes e Comunicações	2.105.762,86	877.260,38	-58,34	12,07
Comércio e Turismo	448.394,71	541.154,14	20,69	7,45
Outras Funções Económicas	43,71	1.926,83	4.308,21	0,03
Total das Funções Económicas	3.243.756,22	2.277.432,25	-29,79	31,34
Operações da Dívida Autárquica	152.796,17	115.203,40	-24,60	1,59
Transferências entre Administrações	551.051,14	518.411,53	-5,92	7,13
Total de Outras Funções	703.847,31	633.614,93	-9,98	8,72
TOTAL GERAL	10.113.108,55	7.267.239,04	-28,14	100,00

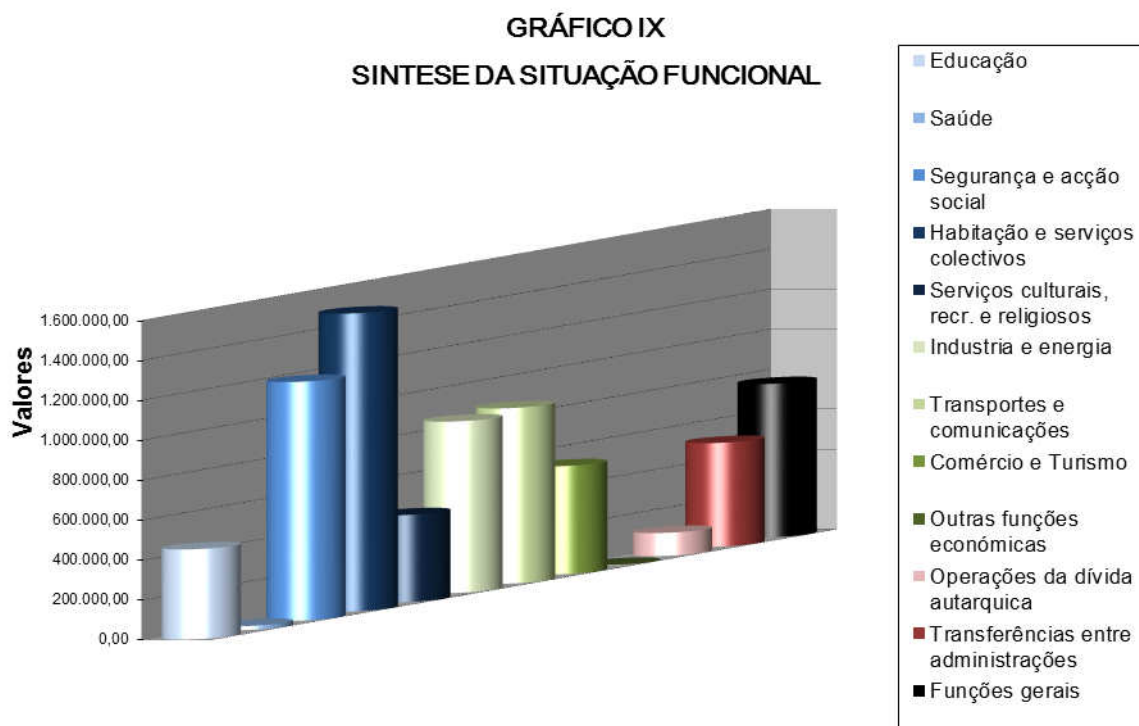
Nos dois anos explicitados no quadro, a variação pelos grandes agregados funcionais (valores sombreados) apresentam variações sempre negativas, quer em linha com o decréscimo global verificado em todas as funções – menos 28,14% - quer em linha com a redução da **Receita**. Mas, apesar de em todas as grandes funções se registarem diminuições, as menos afetadas foram as **Funções Sociais**, o que não deixa de se realçar.

Aliás as **Funções Sociais** não só ocupam a maior fatia dos recursos financeiros municipais, como reforçaram o seu peso relativo, abeirando-se dos 50%, de entre o conjunto de funções consideradas.

No gráfico seguinte, cujos elementos vão mais desagregados, é evidenciado o peso concreto de cada componente. Das quatro componentes com maior peso na organização, três são as mesmas do ano transato embora em posições diferentes – *Habituação e Serviços Coletivos* que passa de 3º para 1º; *Segurança e Ação Social* que passa de 4º para 2º e *Transportes e Comunicações* que passa de 1º para

3º. Por outro lado, do grupo dos quatro primeiros, saem as *Funções Gerais* e entra, na 4ª posição, a *Industria e Energia*.

Em função destas modificações, a situação funcional apresenta-se como segue no gráfico seguinte:



3 - ANÁLISE NA ÓPTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço e a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização dos exercícios.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do Município de Alcácer do Sal, e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do Município.

Para uma melhor compreensão das rúbricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade, no caso, reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao ano em análise, como também do valor líquido do ano anterior.

O ativo, é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo Imobilizado (bens do domínio publico, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do Município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes componentes:

Passivo circulante, são obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício;

Os Fundos Próprios representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2014, pelo que também se podem designar por “ Património Líquido” .

São portanto, todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2014, é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do município.

Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios, representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registado no exercício económico, não constante do

inicial, bem como do património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Balanço em 31 de dezembro de 2014				
Designação	2014	%	2013	%
ATIVO				
Ativo Fixo	53.697.377,43 €	95,30%	53.817.855,34 €	93,06%
Imobilizado	53.697.377,43 €		53.817.855,34 €	
Ativo Circulante	2.443.180,83 €	4,34%	2.813.828,75 €	4,87%
Existências	442.735,97 €		379.930,24 €	
Dívidas de Terceiros	827.749,47 €		461.902,34 €	
Disponibilidades	1.172.695,39 €		1.971.996,17 €	
Acréscimos e diferimentos	206.389,20 €	0,36%	1.197.585,38 €	2,07%
TOTAL	56.346.947,46 €	100,00%	57.829.269,47 €	100,00%
Fundos Próprios	43.233.796,71 €	76,73%	45.962.202,49 €	79,48%
Património	40.795.069,91 €		40.793.793,53 €	
Reservas	776.233,07 €		735.068,36 €	
Subsídios	397.628,02 €		397.628,02 €	
Doações	240,00 €		240,00 €	
Resultados transitados	3.668.963,47 €		3.212.178,37 €	
Resultados líquidos	-2.404.337,76 €		823.294,21 €	
Passivo	3.937.277,44€	5,19%	1.494.178,61 €	2,58%
Provisões para riscos e encargos	185.700,53 €		0,00 €	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	361.710,44 €		361.698,20 €	
Dívidas a terceiros - curto prazo	2.375.866,47 €		1.132.480,41 €	
Acréscimos e diferimentos	10.189.873,31 €	18,08%	10.372.888,37 €	17,94%
TOTAL	56.346.947,46 €	100,00%	57.829.269,47 €	100,00%

Estrutura do Ativo

A composição do Ativo da Autarquia mostra que o Imobilizado absorve 95% do total do seu valor, característica esta inalterável ao longo dos diversos exercícios económicos, facto que demonstra o peso da respetiva rúbrica no Município de Alcácer do Sal.

A evolução do peso do Imobilizado Líquido face ao período homólogo foi positiva, ainda que sem grande expressão, contudo, em valor absoluto, esta rúbrica decresce cerca de 120 mil euros.

Esta diminuição em valor absoluto do Imobilizado Líquido, resultou da provisão de cerca de 135.800€ , valor proporcional à diminuição do Capital Social da EMSUAS; das amortizações do ano corrente referentes ao Imobilizado Municipal, e ainda dos aumentos e alienações ocorridos no exercício de 2014, designadamente o reconhecimento da contribuição do Município para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal.

O ativo circulante representa um peso de cerca de 4% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual semelhante ao ano 2013.

Regista contudo, um valor absoluto inferior em cerca de 370 mil euros relativamente a 2013. Apesar do forte incremento da rúbrica Dívidas de Terceiros, (motivado pelos esforços que o Município desenvolveu no sentido de reconhecer a dívida existente, nomeadamente com a aquisição de uma aplicação de gestão de faturação, que desta forma, veio permitir um apuramento real das dívidas de terceiros para com o Município), e do aumento do valor das existências, a redução verificada nas disponibilidades foi de tal ordem, que anulou os efeitos positivos nas duas rúbricas anteriormente referidas.

O saldo final de disponibilidades ascende a 1.172.695,39€ , dos quais 867.415,04€ se referem a operações orçamentais, e que se propõe serem incorporados nas receitas de 2015.

O Ativo do Município diminuiu cerca de 1 milhão e 400 mil euros no ano 2014, devido sobretudo à redução na rúbrica de Acréscimos e Diferimentos onde se destaca a situação relativa a Impostos Diretos. De facto, os Impostos Diretos influenciaram o resultado do ano 2013 em cerca de 900 mil euros, enquanto que, a mesma rúbrica de Impostos Diretos influenciaram o resultado de 2014, em apenas 73 mil euros, acrescem ainda os valores em depósitos e caixa com uma redução na ordem dos 790 mil euros.

Até 2009 não se registou, nos Proveitos Municipais, de forma sensível, o reflexo da crise económica que entretanto tinha marcado a atividade económica nacional, bem evidente quando se verificam os valores do PIB nacional ao longo dos últimos anos.

No quadriénio seguinte, (2010-2013), por força de uma excecional arrecadação de Impostos Diretos, em 2013 por um lado; e por outro, em resultado da forma acordada de pagamento quanto a um significativo

proveito de taxas municipais, (valor global de 5.062.842€ pagos em 4 prestações: 1.300.000€ em 2010; 1.200.000€ em 2011; 1.200.000€ em 2012 e 1.362.842€ em 2013).

Desta forma foi possível a este Município amortecer ao nível da sua situação financeira o inevitável reflexo da quebra da atividade económica nacional.

Assim, é durante o exercício de 2014, que vem bem evidencia o peso da crise nacional e internacional, que ainda perdura.

Estrutura do Passivo

As dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

Assistimos em 2014 ao agravamento do Passivo do Município, refletido no aumento das dívidas a terceiros de curto prazo que relativamente ao ano 2013 sofreram um aumento de cerca de 1.240.000,00€ e na criação de provisões para riscos e encargos no valor de 185.700,53€ .

Influencia este aumento do passivo do Município o reconhecimento em cerca de 830 mil euros relativos ao Fundo de Apoio Municipal, e em cerca de 270 mil euros relativos ao reconhecimento da quota parte do Município nos empréstimos da CIMAL.

Relativamente à criação de provisões para riscos e encargos, que até 2014 não tinham sido consideradas (sendo que agora melhor se reflete a situação financeira do Município, decorrente da criação de provisões para riscos e encargos de despesas contingentes) é o resultado de eventuais encargos advenientes de processos judiciais em curso contra o Município, de acordo com informação prestada pelo Gabinete Jurídico.

O exercício de 2014 apresenta um resultado líquido negativo de 2.404.337,76€ , o que compara com o resultado obtido em 2012. Este RLE surge pelo aumento do passivo por um lado, e por outro, devido à grande diminuição verificada na rúbrica de Impostos em cerca de 2,3 milhões de euros. Concorre também para este RLE a diminuição das Transferências e Subsídios Obtidos para Projetos Co-Financiados em cerca de 270 mil euros.

Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano %	
	2014	2013
LIQUIDEZ GERAL		
Ativo circulante/Passivo de curto prazo	102,83%	248,47%
ENDIVIDAMENTO		
Dividas a terceiros/Fundos Próprios e passivo	6,33%	3,15%
AUTONOMIA FINANCEIRA		
Fundos Próprios/Ativo total	76,73%	79,48%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO		
Capitais Permanentes/Ativo fixo	81,19%	86,08%

Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo, (1 ano), determinando em que grau o ativo circulante nas suas vertentes e conjugações oferecem cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a liquidez, ou seja a capacidade que o Município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor (1), significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, constatamos que o Município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor superior à unidade, cifrando-se em 1,03, ainda assim, este rácio demonstra uma descida quando comparado com o valor registado em 2013.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o Município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade.

Relativamente a 2013 este rácio aumentou, passando de 3,15% para 6,33%.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do Município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quadro supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do Município em 2014 face a 2013 diminuiu, registando agora 76,73%, por oposição aos 79,48% verificados em 2013.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado diminuiu em 2014, e permite constatar que o ativo fixo em 2014 é financiado em 81,19% por capitais permanentes, enquanto que, em 2013, o era em 86,08%.

De uma maneira geral os rácios inverteram a tendência de 2013, por força da diminuição do Ativo Municipal, e do aumento do Passivo, situações às quais já se fez referência.

Ativo

Durante o exercício de 2014 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ano: 2014		Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)				Unidade: Euros	
Rúbricas		Saldo Inicial	Reavaliações e Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	383.992,35	0,00	22.095,68	0,00	0,00	406.088,03
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	38.824.879,72	0,00	0,00	0,00	415.580,01	39.240.459,73
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26	0,00	0,00	0,00	0,00	33.108,26
459	Outros bens de domínio público	182.229,48	0,00	0,00	0,00	0,00	182.229,48
445	Imobilizações em curso	2.529.895,69	0,00	698.391,81	0,00	-415.529,01	2.812.758,49
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		41.954.105,50	0,00	720.487,49	0,00	51,00	42.674.643,99
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	125.629,02	125.629,02
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	125.629,02	125.629,02
421	Terrenos e recursos naturais	14.398.535,19	1.137,38	0,00	77.368,41	-260.442,41	14.061.861,75
422	Edifícios e outras construções	31.797.592,35	0,00	0,00	0,00	113.890,90	31.911.483,25
423	Equipamento básico	2.679.716,83	0,00	305.059,72	0,00	-396.072,80	2.588.703,75
424	Equipamento de transporte	3.351.271,54	0,00	200.649,27	0,00	10.903,43	3.562.824,24
425	Ferramentas e utensílios	381.366,84	0,00	10.747,08	0,00	10.748,54	402.862,46
426	Equipamento administrativo	649.820,33	0,00	5.343,66	0,00	-86,16	655.077,83
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	948.318,33	139,00	94.802,10	0,00	-188,36	1.043.071,07
442	Imobilizações em curso	221.982,43	0,00	231.188,04	0,00	0,00	453.170,47
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		54.428.603,84	1.276,38	847.789,87	77.368,41	-521.246,86	54.679.054,82
411	Partes de capital	174.579,26	0,00	0,00	0,00	0,00	174.579,26
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	829.581,34	0,00	0,00	829.581,34
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	954.022,26	0,00	0,00	0,00	27.431,51	981.453,77
4142	Invest. Em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24	0,00	0,00	0,00	0,00	138.808,24
4151	Outras aplic. Financeiras - Depósitos Inst.Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. Financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. Financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.267.409,76	0,00	829.581,34	0,00	27.431,51	2.124.422,61

O Imobilizado Bruto do Município registou um aumento de 1.953.631,34€ no ano de 2014 face a 2013.

Amortizações e Provisões					
Ano: 2014					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	27.406.586,90 €	996.319,12 €	0,00 €	28.402.906,02 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	8.758,82 €	1.521,19 €	0,00 €	10.280,01 €
459	Outros bens de domínio público	82.163,61 €	9.306,43 €	0,00 €	91.470,04 €
		27.497.509,33 €	1.007.146,74 €	0,00€	28.504.656,07 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	13.306,59 €	105.409,18 €	118.715,77 €
		0,00 €	13.306,59€	105.409,18 €	118.715,77 €
421	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
422	Edifícios e outras construções	9.955.837,01 €	662.665,65 €	0,00 €	10.618.502,66 €
423	Equipamento básico	2.414.262,81 €	160.880,21 €	-354.075,20 €	2.221.067,82 €
424	Equipamento de transporte	2.619.816,65 €	205.474,13 €	0,00 €	2.825.290,78 €
425	Ferramentas e utensílios	356.689,00 €	17.581,77 €	-76,32 €	374.194,45 €
426	Equipamento administrativo	494.235,78 €	11.245,40 €	-86,16 €	505.395,02 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	472.988,91 €	106.107,12 €	-187,36 €	578.908,67 €
		16.313.830,16 €	1.163.954,28 €	-354.425,04€	17.123.359,40 €
411	Partes de capital	0,00 €	135.776,76 €	0,00 €	135.776,76 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - Fundo Apoio municipal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	20.924,27 €	2.940,74 €	0,00 €	23.865,01 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		20.924,27 €	138.717,50 €	0,00€	159.641,77 €

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “ Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados” .

Evolução das dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de terceiros - curto prazo		2014	2013	Varição %
Cientes, contribuintes, utentes		655.764,41 €	311.201,70 €	110,72%
Estado e outros entes públicos		162.911,12 €	150.159,22 €	8,49%
Devedores e Credores Diversos - Rendas		0,00 €	0,00 €	-
Credores - Transferências Autarquias Locais		0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores		9.073,94 €	541,42 €	1.575,95%
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €	0,00 €	-
	Total	827.749,47 €	461.902,34 €	55,80%

Neste capítulo avultam as variações ocorridas em Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2013 registam um aumento de 110,72%, ou seja, cerca de mais 345 mil euros, que se ficou a dever ao esforço que o Município desenvolveu na senda de ver reconhecidas todas as dívidas que tinham para consigo, nomeadamente através da aquisição de software no domínio da Gestão de Águas e no Sistema de Faturação de toda a Autarquia, que agora, de forma integrada com o Sistema de Contabilidade, possibilita o reconhecimento de todas as dívidas de terceiros para com o Município.

Já o aumento registado na rubrica Estado e outros Entes Públicos, em cerca de 12.800€ , é referente a IVA a Recuperar, apurado no final do 4º trimestre de 2014, e a reportar para o período seguinte.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Ativo		2014	2013	Varição %
Acréscimos de proveitos		178.927,09 €	1.168.125,46 €	-84,68%
Custos diferidos		27.462,11 €	29.459,92 €	-6,78%
	Total	206.389,20 €	1.197.585,38 €	-82,77%

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2014, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em pouco mais de 206 mil euros, reduzindo em cerca de 990 mil euros o valor do Ativo, quando comparado com os valores registados em 2013, como já se explicou no ponto **Estrutura do Ativo**.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Os Acréscimos de Proveitos no valor de 178.927,09€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2014 e que só vão ser recebidos em 2015 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2014 emitida em janeiro de 2015; os Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2014; as Transferências da Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA) relativas a protocolos de colaboração, bem como, o protocolo com a CPCJ, relativo ao 2º semestre de 2014.

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço.

No caso vertente, os 27.462,11€ , referem-se à situação de seguros do Município, desde os seguros com Pessoal até aos seguros de Bens.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Município ascendem em 31 de dezembro de 2014 a cerca de 43.234.000€ , tendo diminuído cerca de 2.700.000€ relativamente ao ano transato, essencialmente por força do RLE negativo que o Município apresenta em 2014.

Passivo

Passivo	2014	2013	Varição %
Empréstimos Bancários M/L Prazos	361.710,44 €	361.698,20 €	0,003%
Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo	361.710,44 €	361.698,20 €	0,003%
Empréstimos Curto Prazo	0,00 €	110.105,38 €	-100,00%
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores conta corrente	512.714,63 €	17.073,68 €	2.902,95%
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferencia	28.335,02 €	386.801,93 €	-92,67%
Clientes e Utentes c/cauções	21.393,83 €	21.393,83 €	0,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado	231.806,61 €	30.181,13 €	668,05%
Estado e Outros Entes Públicos	178.127,85 €	141.155,63 €	26,19%
Outros Credores	1.369.971,22 €	402.983,30 €	239,96%
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado. – Faturas conferência	33.517,31 €	22.785,53 €	47,10%
Total das dividas a terceiros a curto prazo	2.375.866,47 €	1.132.480,41 €	109,79%
Total	2.737.576,91 €	1.494.178,61 €	83,22%

O passivo de curto prazo do Município, a 31 de dezembro de 2014 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 2.375.866,47€ ,verificando-se assim, face a 2013 um acréscimo de 109,79 %.

De salientar, neste quadro, a rubrica Fornecedores de Imobilizado que face a 2013 sofreu um aumento em cerca de 200 mil euros, bem como, a rubrica Fornecedores Conta Corrente que registou um acréscimo na ordem dos 495 mil euros.

No entanto, a rubrica Fornecedores – Faturas em Receção e Conferência, que registou um decréscimo na ordem dos 360 mil euros face a 2013, traduz uma melhoria nos procedimentos internos dos serviços do Município no sentido de maior celeridade no tratamento das faturas, dando cumprimento á génese da rubrica, uma vez que é uma conta de transição para a rubrica Fornecedores Conta Corrente.

Desta forma analisada a rubrica Fornecedores Conta Corrente temos uma subida em cerca de 135.000 euros.

Já na rubrica Outros Credores, assistimos a um aumento de 966.987,92€ . Para o efeito contribuiu o reconhecimento de 271.130,09€ da quota-parte do Município, nos empréstimos da CIMAL, que deveriam ter sido reconhecidos pelo menos em 2012 e o reconhecimento também

em 2014 no passivo do Município do valor de 829.581,34€ referentes ao Fundo de Apoio Municipal. O facto destes reconhecimentos só terem sido efetuados neste exercício, tornou aquilo que seria uma redução de cerca de 134 mil euros nesta rubrica, num aumento de cerca de 967 mil euros.

O passivo total, (CP e MLP), em 2014 ascendeu a 2.737.576,91€ , tendo sofrido um aumento de 83,22%, face ao ano anterior.

Relativamente à dívida de Curto Prazo, importa esclarecer que, por indicação dos anteriores Revisores Oficiais de Contas, na Prestação de Contas de 2013, foi considerado uma parte vincenda dos empréstimos de Médio e Longo Prazos na conta 2311, (empréstimos de Curto Prazo).

Melhor analisada a situação, designadamente por força de esclarecimentos que, sobre este assunto, foram elaborados pelo SATAPOCAL, foi de novo corrigido o critério técnico usado, passando a ser desagregada a conta 2312 (empréstimos de Médio e Longo Prazos), nas componentes a pagar no curto prazo, (próprio ano) e na componente a pagar a médio e longo prazo, não desvirtuando desta forma o prazo de exigibilidade dos empréstimos contraídos pelo Município.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Pelo cumprimento do princípio da especialização do exercício resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se demonstra:

Acréscimos e diferimentos - Passivo	2014	2013	Varição %
Acréscimo de Custos	1.123.298,33 €	1.059.029,25 €	6,07%
Proveitos diferidos	9.066.574,98 €	9.313.859,12 €	-2,66%
Total	10.189.873,31 €	10.372.888,37 €	-1,76%

Na conta acréscimo de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2014, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2015, bem como outras despesas, de menor impacto como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de 2014 cujo pagamento ocorrerá em 2015.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2014 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2014, a diminuição na ordem dos 247 mil euros verificada, ficou a dever-se ao reconhecimento dos Proveitos em 2014 em cerca de 144 mil euros de subsídios para investimento, quer recebidos em anos anteriores, quer no próprio ano, e à devolução de 103 mil euros referentes ao Projeto Co-Financiado da Construção do Centro Escolar do Torrão.

Endividamento

Médio e Longo Prazo

No exercício de 2014 o Município não contratou novos empréstimos de médio/longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor, verificou-se uma redução desta componente no valor de 110.105,38€ , valor que resultaria óbvio no Balanço se não se tivesse alterado os critérios de registo, conforme se evidenciou anteriormente.

Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) consideram-se os limites da Dívida Total para 2014:

“ 1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto” , republicada em anexo pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

Os limites da dívida Total em 2014, para o Município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do Município - 4º trimestre 2014, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- o limite da Dívida Total foi fixado em 19.419.419,85€ ;

- a Dívida Total municipal foi de 1.754.699€ ;

- a Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 1.392.988€ ;

-ficando assim uma margem absoluta de 17.664.721,00€ , contudo, com uma margem utilizável de 3.520.337,00€

Podemos assim inferir que o Município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2014.

Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por naturezas, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, nomeadamente: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do Município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2014, o Município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido negativo de 2.404.337,76€ € , encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2014	2013
Resultados Operacionais	-3.274.494,71 €	-27.244,32 €
Resultados Financeiros	660.684,65 €	829.824,46 €
Resultados Correntes	-2.613.810,06 €	802.580,14 €
Resultados Extraordinários	209.472,30 €	20.714,07 €
Resultado Líquido do Exercício	-2.404.337,76 €	823.294,21 €

Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascendem a 12.674.647,84€ e os custos operacionais a 15.949.142,55€ , dando origem a um resultado operacional negativo de 3.274.494,71€ , agravando substancialmente os valores registados em 2013. Estes Proveitos e Ganhos foram influenciados pelo fraquíssimo desempenho dos proveitos operacionais, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas que recuou 2.302.952,11€ ; pelo decréscimo dos Trabalhos para a Própria Entidade que regista uma quebra de 562.593,10€ , (aprofundado mais à frente), e ainda pela descida das Transferências Obtidas da Administração Central que decresceram cerca de 260 mil euros.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens e Prestação de Serviços	947.638,38 €	7,48%	874.042,58 €	5,56%	8,42%
Impostos e Taxas	2.489.700,29 €	19,64%	4.792.652,40 €	30,47%	-48,05%
Trabalhos para a Própria Entidade	6.936,72 €	0,05%	569.529,82 €	3,62%	-98,78%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Transferências e Subsídios Obtidos	9.230.372,45 €	72,83%	9.491.761,76 €	60,35%	-2,75%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Total	12.674.647,84 €	100,00%	15.727.986,56 €	100,00%	-19,41%
Custos Operacionais	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
CMVMC	723.236,70 €	4,53%	891.317,84 €	5,66%	-18,86%
Fornecimento e Serviços Externos	5.038.522,06 €	31,59%	4.271.200,32 €	27,11%	17,97%
Custos com Pessoal	6.922.314,07 €	43,40%	6.250.355,72 €	39,67%	10,75%
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	802.883,44 €	5,03%	2.229.835,10 €	14,15%	-63,99%
Amortizações do Exercício	2.184.407,61 €	13,70%	2.043.882,06 €	12,97%	6,88%
Provisões do Exercício	217.059,24 €	1,36%	45.594,05 €	0,29%	376,07%
Outros Custos e Perdas Operacionais	60.719,43 €	0,38%	23.045,79 €	0,15%	163,47%
Total	15.949.142,55 €	100,00%	15.755.230,88 €	100,00%	1,23%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2014), e face a 2013, os custos operacionais sofreram um ligeiro aumento em cerca de 1% e os proveitos operacionais sofreram uma substancial queda de 3.053.338,72€ , na ordem dos 20%.

Os Impostos e Taxas face ao ano anterior apresentam um recuo elevadíssimo, traduzindo-se numa descida de 2.302.952,11€ .

Quanto à rubrica Trabalhos para a Própria Entidade, atendendo às fundamentações técnicas sugeridas pelos Revisores que certificaram as contas do Município em 2013, em 2014, porque ainda não foi possível dar seguimento a tais indicações, em bom rigor não foi considerada esta rubrica, o que se espera retomar nos próximos exercícios.

Nestes termos, e neste caso concreto, a comparação entre os valores de 2013 e de 2014 é inexequível. O valor residual considerado em 2014, não passa de uma receita específica e pontual, relativa a um trabalho executado pelo Município por conta de terceiros.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, que em 2014 representa 72,83% da totalidade dos proveitos operacionais, sofreu um decréscimo de 261.389,31€ relativamente a 2013.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do Município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Co-Financiados.

Em 2014 o CMVMC cifrou-se em 723.236,70€ , diminuindo 168.081,14€ face a 2013 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica FSE face a 2013 registou aumento de 17,97%, aqui o facto mais relevante prende-se com as contratações “ in-house” efetuadas à EMSUAS, que ascenderam a cerca de 520 mil euros.

No que se refere à rubrica de Pessoal, esta registou face a 2013 um aumento de 671.958,35€ , facto que se ficou a dever à internalização dos funcionários da EMSUAS no Pessoal do MASAL e à suspensão parcial dos cortes salariais a partir de Junho.

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 802.883,44€ diminuiu face aos 2.229.835,10€ registados em 2013 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo etc., que o Município decidiu atribuir a variadas entidades do Concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

A quebra aqui registada em cerca de 1 milhão e 400 mil euros, deve-se essencialmente à inexistência em 2014 do contrato de gestão com a empresa EMSUAS.

O reforço das provisões no exercício de 2014, que agravou os custos operacionais, ascendeu a 217.059,24€ . Este valor expressa sobretudo as provisões sobre os eventuais encargos advenientes de processos judiciais em curso contra o Município.

Os custos operacionais em 2014 apresentam o valor de 15.949.142,55€ , sendo as rubricas com maior peso os Custos com Pessoal, com 43,40% e os FSE que relevam com 31,59% para o total dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

Proveitos Financeiros	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros obtidos	1.962,68 €	0,24%	1.125,93 €	0,13%	74,32%
Rendimentos de imoveis	830.450,46 €	99,53%	848.937,69 €	99,63%	-2,18%
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.981,62 €	0,24%	1.992,16 €	0,23%	-0,53%
Total	834.394,76 €	100,00%	852.055,78 €	100,00%	-2,07%
Custos Financeiros	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Juros Suportados	32.616,41 €	18,78%	18.134,85 €	81,57%	79,85%
Amortizações de investimentos em imóveis	2.940,74 €	1,69%	2.940,74 €	13,23%	0,00%
Provisões para aplicações financeiras	135.776,76 €	78,16%	0,00 €	0,00%	----
Outros custos e perdas financeiras	2.376,20 €	1,37%	1.155,73 €	5,20%	105,60%
Total	173.710,11 €	100,00%	22.231,32 €	100,00%	681,38%

Resumo:

Resultados Financeiros	2014	2013	Variação
Custos e Perdas Financeiros	173.710,11 €	22.231,32 €	681,38%
Proveitos e Ganhos Financeiros	834.394,76 €	852.055,78 €	-2,07%
Total	660.684,65 €	829.824,46 €	-20,38%

Os Resultados Financeiros apresentam valores positivos. De salientar o acréscimo dos custos e perdas financeiros na ordem dos 150 mil euros face a 2013 resultado sobretudo da provisão criada para o capital social da EMSUAS, cerca de 136 mil euros, e também referentes a serviços e juros bancários e juros de mora. Quanto aos proveitos e ganhos financeiros estes em 2014 decresceram cerca de 2% face aos resultados do ano anterior.

Os Resultados Financeiros em 2014 apresentam para um valor de 660.684,65€ , verificando-se uma diminuição em cerca de 20% face a 2013.

Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Ganhos em existências	22.328,82 €	3,90%	9.907,83 €	1,53%	125,37%
Ganhos em imobilizações	17.648,38 €	3,08%	59.475,11 €	9,18%	-70,33%
Benefícios de penalidades contratuais	56.651,87 €	9,89%	56.555,53 €	8,73%	0,17%
Reduções de amortizações e provisões	13.616,42 €	2,38%	12.055,42 €	1,86%	12,95%
Correções relativas a exercícios anteriores	8.304,69 €	1,45%	31.624,16 €	4,88%	-73,74%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	454.250,99 €	79,30%	478.431,08 €	73,83%	-5,05%
Total	572.801,17 €	100,00%	648.049,13 €	100,00%	-11,61%
Custos Extraordinários	2014		2013		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Transferências de Capital concedidas	165.500,00 €	45,55%	386.748,99 €	61,65%	-57,21%
Perdas em existências	1.138,51 €	0,31%	0,11 €	0,00%	1034909,09%
Perdas em imobilizações	195.547,71 €	53,82%	239.086,48 €	38,11%	-18,21%
Multas e penalidades	250,00 €	0,07%	1.850,00 €	0,29%	-86,49%
Correções relativas a exercícios anteriores	892,65 €	0,25%	-375,77 €	-0,06%	-337,55%
Outros custos e perdas extraordinários	0,00 €	0,00%	25,25 €	0,00%	-100,00%
Total	363.328,87 €	100,00%	627.335,06 €	100,00%	-42,08%

Resumo:

Resultados Extraordinários	2014	2013	Variação
Custos e Perdas Extraordinários	363.328,87 €	627.335,06 €	-42,08%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	572.801,17 €	648.049,13 €	-11,61%
Total	209.472,30 €	20.714,07 €	911,26%

Os resultados extraordinários em 2014 apresentam o valor de 209.472,30€ , evidenciando um aumento de 911% relativamente a 2013.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários decresceram cerca de 265 mil euros, enquanto que os Proveitos e Ganhos Extraordinários decresceram apenas cerca de 75 mil euros, originando assim um aumento dos Resultados Extraordinários.

Os custos e perdas extraordinários contemplam sobretudo, todos os protocolos celebrados pelo Município com as diversas Instituições do Concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção, melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas Instituições, nomeadamente 150 mil euros para os Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal; estes custos extraordinários contemplam ainda cerca de 76 mil euros referentes a venda de lotes de terreno do Município que deram origem a menos valias,

dado que alguns lotes se encontram inventariados no património municipal por valor superior às vendas efetuadas.

Quanto ao aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários, dizem respeito, entre outros, aos juros de mora e compensatórios, cerca de 35 mil euros; a coimas e penalidades por contraordenações, cerca de 18 mil euros; e a vendas de lotes de terrenos que deram origem a mais-valias, cerca de 17 mil euros.

Proposta de Aplicação de Resultados

Dado que o resultado líquido obtido no exercício de 2014 foi negativo, nos termos do ponto 2.7.3.2 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, não há lugar à aplicação de resultados.

Assim, propomos que o RLE no valor de -2.404.337,76€ seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.